

## TECNOLOGIAS DE PODER E CONTROLE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: O INCRA E A SUDAM

Jonathas Duarte Oliveira de Souza  
Universidade Federal de Pernambuco  
[j.historia94@hotmail.com](mailto:j.historia94@hotmail.com)

Em 1981 foi publicado o seguinte texto do General Golbery do Couto e Silva – importante geopolítico e representante da Escola Superior de Guerra – sobre a Integração Nacional:

“Com vistas à humanização, integração e valorização do território imenso, ainda em grande parte inaproveitado e deserto, o esquema tripeninsular (...) está, por certo, a indicar-nos (...) três fases sucessivas na ampla manobra geopolítica a realizar (...) 1ª. Fase- articular firmemente a base de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país, ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2ª. Fase-impulsionar o avanço para o Noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro; 3ª. Fase– inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteirços, partindo de uma base avançada construída no Centro-Oeste (...).” (Couto e Silva, 1981: 13-2 – escrito em 1960).

Para dar cabo do objetivo em tela, foi disposta uma série de estratégias e táticas na esfera da política brasileira a partir de 1966, dando lugar a uma prática específica de governo na História do Brasil, com uma racionalidade que tinha por carro chefe o ideal técnico de progresso seguido do imperativo de segurança nacional.

As concepções de progresso e segurança nacional, cada uma a sua maneira, sem se excluírem, incitaram a reestruturação de instituições que tinham por objetivo fundamental intervir nos territórios da União<sup>1</sup>. Essas instituições eram, em verdade, dispositivos de legalidade que se projetaram no seio do próprio ordenamento jurídico, a

---

<sup>1</sup> Com destaque para a área compreendida como Amazônia Legal. A Amazônia Legal, instituída pela Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, com a instalação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, incorporou à Amazônia brasileira, o estado do Maranhão (Oeste do meridiano 44º), o estado de Goiás (Norte do paralelo 13º de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (Norte do paralelo 16º latitude Sul).

fim de inscrever e suspender a 'lei e a ordem' quando apropriado. Diante disto, é fundamental estar atento à historicidade dessas instituições, a quais expectativas atendiam e como a mídia, a partir do seu lugar positivo de poder [opinião pública], fez com que o poder atravessasse a população, fazendo com que ela participasse do jogo político.

As instituições focalizadas para a análise que ora apresento são a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que surge reestruturada da antiga *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)*, e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reestruturado dos antigos *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)*, do *Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)* e do *Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA)*. Autarquias governamentais atreladas a importantes setores da política<sup>2</sup>. Prescreviam incentivos fiscais, sob pretexto de estimular a exploração e industrialização da Amazônia e normas para acesso à terra em núcleos de colonização oficial ou privada, também na Amazônia, sob o discurso da Reforma Agrária.

A historiografia de referência sobre o tema da ocupação da Amazônia na segunda metade do século XX, afirma que este processo de ocupação da Amazônia sob controle das instituições militares provocou muito mais a despolitização da questão agrária no Brasil do que a democratização do acesso à terra, por desarticular a luta pela terra no Nordeste. Por outro lado, é possível discutir uma decomposição do significado de Reforma Agrária porque o regime de posse, uso e propriedade não era alterado, permanecendo o latifúndio sob outro conjunto de justificativas.

Reestruturadas e reformadas sob a alegação de simplificar sua estrutura administrativa, a SUDAM propagandeava abertamente a disponibilidade fiscal de 50% da dedução do imposto de renda para pessoas jurídicas que quisessem investir na Amazônia e tivessem seus projetos aprovados:

“Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

---

<sup>2</sup> Como o Ministério do Desenvolvimento, da Integração Nacional, da Agricultura e do Interior.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente à SUDAM seu próprio projeto. Seja industrial. Ou agropecuário. Ou de serviços. Você terá todo apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia.

A Amazônia é uma mina de ouro.

Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia. “ *Jornal do Brasil* – 29/11/1970 GRIFO NOSSO

Por outro lado, o INCRA se apresentava a população sob o signo da Reforma Agrária. No entanto, privilegiava negócios em conjunto com as iniciativas privadas de colonização, garantia facilidades de financiamento às colonizadoras, fiscalização selecionada, incentivos fiscais e venda de terras de domínio público para o privado, com valores extremamente baixos. Há negócios, por exemplo, com a colonizadora “Integração, Desenvolvimento e Colonização” (INDECO), em Mato Grosso, denunciada mais de uma vez por práticas de violência contra trabalhadores nas suas terras<sup>3</sup>.

Dessa forma, o INCRA era anunciado por propagandas que tinham por objetivo encorajar a população a migrar para o território amazônico. A seguir, duas. A primeira, ilustrada com a figura de um pequeno escoteiro numa floresta, a segunda, pelo discurso oficial do presidente do INCRA, com grandes expectativas para as ações da instituição, pouco depois da sua criação:

**“Já estou na Transamazônica**

Apresentei-me voluntário porque creio na necessidade inadiável desta rodovia e tenho fé na Integração Nacional.

E, depois, é meu jeito. Escoteiro gosta de abrir mata e desbravar o sertão.

Estou descendo de helicóptero. Quando os primeiros engenheiros chegarem, vou recebe-los com a hospitalidade de um café quentinho.

E à noite iluminarei o acampamento para que o repouso do operário seja também segurança.

---

<sup>3</sup> Ver *Jornal do Brasil* 9/12/79, p.32. “Violência mata 300 garimpeiros”.

Tudo foi planejado para que de 100 em 100 quilômetros nasça uma cidade. Vai ter banco, escola, hospital, estação meteorológica, postos da Cobal, INCRA e Cibrazem (...)

O Brasil merece o sacrifício dos pioneiros, mas os pioneiros também merecem conforto. Por isso, quem começar a Transamazônica, começará com ULTRAGAZ.

CIA. ULTRAGAZ S.A”

**“Presidente do INCRA toma posse**

(...)o presidente do INCRA, sr. José Francisco de Moura Cavalcanti disse não ser daqueles que admite que a solução agrária do país esteja na divisão da terra. ‘O que me importa – afirmou ele – é seu aproveitamento social’. ‘Optei pela reforma democrática do uso da terra, visando sempre o enriquecimento do homem do campo e seu bem-estar social’ (...) finalizando, o ministro Cirne Lima afirmou que o INCRA terá um ‘imenso trabalho a realizar, pois o governo está vivamente empenhado na solução das questões fundiárias e de desenvolvimento agrícola, com medidas que promovam melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso para uma maior produtividade’. Jornal do Brasil, 25/7/1970.  
GRIFO NOSSO.

A breve apresentação dessas fontes permite levantar questões: a Amazônia é mesmo a “terra prometida” e uma “mina de ouro” que se acha aberta à exploração humana? O que é definido por melhor “uso e aproveitamento” da terra no âmbito do pensamento governamental dos militares? Quem é o referido “homem do campo” e o que é o seu “bem-estar social”? Se o presidente do INCRA não era a favor da divisão de terras, o que ele define como “distribuição”? Quais são os impactos sociais acarretados pelas políticas de colonização?

As palavras têm significados. Certamente elas dizem algo de imediato, que vem com elas, no entanto, esses significados não são parte isolada e isenta do discurso, eles funcionam como enunciados. As palavras constituem noções a partir do contexto no qual são inseridas, e essas noções carregam outra série de noções correlatas. Quando coisas

são ditas, mil outras coisas são ditas com as primeiras, como num caleidoscópio que se liga de forma multiforme a uma ou outra concepção de mundo. O conceito de produtividade, por exemplo, é inseparável de toda uma rede de conceitos conexos: intencionalidade, vontade, consciência, decisões etc, que cabe ser investigado para que o sistema de pensamento que se insinua sub-repticiamente, pelas palavras, se revele. De outra maneira, se ficarmos apenas na superficialidade das palavras, incorremos no risco da crônica e do senso comum.

Além da propaganda aberta dos incentivos fiscais, a SUDAM também produziu um saber expressivo em relação à Amazônia. A instituição, a partir da seção de Serviço de Documentação e Divulgação, do Departamento Administrativo, publicou pelo menos dois relatórios de seus estudos e ações: “Amazônia – desenvolvimento e ocupação” (1968) e o “SUDAM DOCUMENTA” (1969). Ambas as revistas com rica descrição das atividades desenvolvidas, de estudos feitos a respeito dos incentivos fiscais, tecnologia, industrialização e educação, possibilidades de exploração econômica e de recursos naturais, malha rodoviária, aérea e fluvial, etc.

Todos esses estudos localizam a Amazônia numa situação de elevada importância política e estratégica para o desenvolvimento. Por outro lado, apontam para a necessidade de intervenção calculada, para que não incorressem nos erros do imediatismo cometidos outrora, mencionados pelo presidente Médici em certo pronunciamento como ‘motivo para o atraso e distanciamento da região do todo brasileiro’.

Ainda sobre a situação geral da Amazônia, o Jornal do Brasil publicava a seguinte matéria em 4 de agosto de 1968:

**“Desafio dura quatro séculos – departamento de pesquisa.**

Uma região que representa dois quintos do território sul-americano e a vigésima parte da superfície terrestre, cortada de rios volumosos, com um quinto da disponibilidade mundial de água doce, coberta de florestas que escondem riquezas – ela a Amazônia.

Para uns – os que lá vivem – é apenas o *Inferno Verde*. Para outros, como Humboldt – o *Eldorado*: ‘ali é que mais cedo ou mais tarde há de encontrar-se um dia a civilização do globo’. Para o Governo brasileiro, um conjunto de problemas que há quatro séculos e meio desafia todas as administrações.

Mas a Amazônia de hoje deixou de ser apenas frio objeto de pesquisa científica e tema pitoresco de literatura. Tornou-se uma questão explosiva de consciência nacional. E até um problema de segurança nacional.

**Perfil geográfico**

(...) Nesses dois terços do território nacional vivem apenas uns 3,5 milhões de habitantes – o que significa menos de uma pessoa por quilômetro quadrado. (...)

**As riquezas inesgotáveis**

As extensas florestas virgens da Amazônia possuem uma riqueza que apresenta, a cada dia, novas surpresas ao pesquisador: em seguida à borracha, castanhas e cacau, encontram-se cerca de 200 espécies de madeiras nobres (...).

A riqueza que não se vê à flor da terra dorme o sono dos séculos no subsolo: mananciais abundantes de ferro, manganês, ouro, mercúrio, gipsita, cobre, carvão, platina e estanho ainda não estão suficientemente estudados.

**Um deserto econômico**

Com tudo isso, a Amazônia é um vazio econômico. O desenvolvimento da região exige investimento de trilhões de cruzeiros, sobretudo em infraestrutura: usinas, estradas, habitação, saúde, educação. Seus muitos problemas decorrem de sua pouca e estrangulada colonização, aliada à extensão territorial. (...)

A industrialização deficiente é o segundo problema da Amazônia e todos os esforços convergem para substituir a atual exportação de matérias-primas em bruto por produtos finais ou intermediários, a fim de aumentar a renda regional. (...)

A Sudam, por dispositivo legal, está encarregada da administração dos recursos oriundos da dedução dos 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas beneficiadas pela nova política de incentivos fiscais e desejosas de investir em projetos industriais considerados prioritários para o desenvolvimento da Amazônia” GRIFO NOSSO

Em vista disso, a especificidade da questão que está sendo levantada reside nas construções discursivas e nas condições históricas que privilegiaram a participação da iniciativa privada no processo de exploração da terra, e de restrição do acesso à terra por pequenos produtores, embora houvesse pretensão de Reforma Agrária. Assim, cabe refletir a forma como a Amazônia foi constituída como um campo de visibilidades em relação a um conjunto de fatores, como segurança, desenvolvimento e reforma agrária; o objetivo que se propõe aqui é rachar palavras para compreender a formação de uma concepção geopolítica que coloca a Amazônia no centro de articulações do capital

privado e que se mostra aberta à pesquisa histórica. A ocupação do ‘vazio territorial’ é produto de estudos e rapinas. A distribuição de necessidades para o território amazônico e sua exploração não devem ser encaradas como natural e acontecendo como teria que acontecer, não há realidade fundamental da Amazônia, que espera a intervenção humana. As intervenções foram objeto de estudo e composição de um saber específico, tributário de uma racionalidade específica, portando construídas historicamente.

Nesse sentido, é preciso remeter novamente ao general Golbery do Couto e Silva e seus estudos à frente da Escola Superior de Guerra (ESG). O general é parte de um grupo de pensadores que veem na geopolítica o instrumento para aproveitar as influências do meio geográfico para o destino e o governo dos povos. O livro *Geopolítica do Brasil*, de sua autoria, escrito no começo de 1960 e publicado em 1981, aparece como um marco na construção do saber geopolítico e sobre a segurança nacional no Brasil e trata da “incorporação do povo à Nação a partir da ênfase no desenvolvimento econômico”.

Por esse ângulo, a obra incidia na questão da Amazônia, a partir da necessidade de ocupação da área como forma de defender o Brasil e todo o Ocidente da penetração e da cobiça de nações indesejáveis, como postulou no livro. Além disso, encontra raízes históricas para justificar a necessidade de unificação nacional: desde a fase colonial, a dispersão geográfica pulverizou não apenas a sociedade, mas também o poder político, minando a ação governamental e criando condições para as revoltas, como a Balaiada, Cabanada e Sabinada. Em termos gerais, é um grande problema que exista um máximo absoluto territorial em contrapartida com um número mínimo de circulação social e política.

Logo, o conhecimento geopolítico e estratégico se fez essencial para tratar da realidade brasileira a partir do somatório de experiências anteriores de tentativa de penetração da Amazônia. A experiência acumulada de incursões transitórias – como os ciclos da borracha –, ou que estacionavam na superficialidade de extração de madeira e das chamadas drogas do sertão tiveram fulcral importância no sentido de compor um saber que agia sobre si mesmo e que preparou novas possibilidades para a intervenção do regime militar.

Assim, no bojo de uma concepção política urgente de segurança nacional e a partir da necessidade de alçar o Brasil a patamares internacionais de desenvolvimento e produção, a Amazônia emerge, novamente, como objeto de intervenção. Dessa vez, na temporalidade em questão o discurso pela ocupação e exploração da Amazônia adquire contornos específicos em relação aos períodos anteriores: 1. Uma política efetiva de concessão de incentivos fiscais para investimento de pessoas jurídicas, reconhecida na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966; 2. A Amazônia e o Nordeste aparecendo como fundamentais um ao outro pelas condições de subdesenvolvimento compartilhadas; 3. A questão da geopolítica e importância da defesa do ocidente; 4. O INCRA foi o primeiro órgão da administração brasileira a tratar expressamente de colonização e deslocamento de contingentes populacionais; 5. Concepção de desenvolvimento da Amazônia ligada à sua colonização a partir dos excedentes populacionais de outras regiões.

\*\*\*\*\*

Embora a noção de ‘vazio demográfico’ e ‘reforma agrária’ na Amazônia embalasse o discurso governamental para dar cabimento às suas políticas a partir de 1964, as denúncias contra a expansão do latifúndio na Amazônia se tornam cada vez mais recorrentes no decorrer da década de 1970. A industrialização desenfreada, com as consequentes intrusões no ecossistema nativo e nas terras indígenas, é denunciada às organizações responsáveis a partir do Jornal do Brasil. É dessa forma que a Amazônia se tornará ‘terra de conflitos’: em razão de disputas territoriais, massacres, ‘escravidão branca’ ou trabalho escravo contemporâneo, entre outras misérias que proliferaram na região.

Muitas dessas denúncias são protagonizadas pelo bispo D Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, área de intensos conflitos no Mato Grosso. Dentre essas disputas acompanhadas pela imprensa, duas reportagens chamam atenção:

**“Bandeira de Melo defende aculturação do índio para integrá-lo à comunidade.**

O presidente da Funai, General Bandeira de Melo, afirmou ontem, ao encerrar o curso-piloto de Indigenismo, que a aculturação indígena deve se processar de maneira a integrar o índio ‘na nossa comunidade, pois a sociedade brasileira é muito aberta, o que facilitará a eliminação da diferença entre comunidade moderna e tribal.’” *Jornal do Brasil*, 31/10/1970

**“Nunciatura pede à CNBB documento sobre latifúndio na Amazônia**  
(...) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), através do chefe da divisão técnica, coronel Igreja Lopes, não quis fazer ontem comentários sobre a denúncia do Bispo de São Félix (Mato Grosso) quanto a ‘marginalização social e os latifúndios daquele Estado’, pois ‘o assunto já é do conhecimento dos órgãos de segurança, inclusive do SNI’.

Disse ainda o coronel Igrejas Lopes que ‘o nosso país é democrático e por isso assegura a qualquer um ter suas terras, latifúndios ou minifúndios (...) Sobre as injustiças sociais, também citadas no documento disse, que ‘não é problema afeto à Sudam’”. *Jornal do Brasil*, 11/11/71

É interessante notar a linguagem tecnocrática utilizada nos dois trechos. No primeiro, observa-se uma concepção de civilização autocentrada; que imagina que todas as culturas devem seguir pelo mesmo caminho até encontrar ‘o progresso e a civilização’. E caso as comunidades não consigam se direcionar sozinhas a essas expectativas, então é papel das ‘missões’, da ‘bondade’ do homem civilizado eliminar as barreiras entre comunidade moderna e tribal, a partir dos seus próprios instrumentos, da sua própria linguagem.

No segundo trecho, o compromisso de *mudança nos regimes de posse, uso e propriedade da terra*, preconizados pelo presidente do INCRA, estão por água abaixo. No ímpeto de justificar a expansão do latifúndio na Amazônia, o coronel Igreja Rosas desconsidera completamente a missão que seria reduzir as desigualdades e a manutenção do *status quo*. Aponta ainda para a militarização da questão agrária, por afirmar que as denúncias de desigualdade não são de competência da SUDAM, e já são averiguadas pelos órgãos competentes, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), ligado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

É possível deduzir que o projeto ousado dos militares de promover o desenvolvimento nacional articulado com a colonização da Amazônia se expressou no

recrudescimento da ordem fundiária, pela expansão do latifúndio na Amazônia e na manutenção da exploração de trabalhadores rurais. Ou seja, atualização de práticas de poder históricas a novas temporalidades, com suas justificativas e necessidades, formando uma configuração distinta, que convida à pesquisa para melhor compreensão do Brasil Contemporâneo.

É importante frisar que ao trabalhar com estruturas governamentais, não temos o objetivo de representar o Estado como um polo de transcendência do qual emana o poder, ou um monstro frio. O objetivo é justamente o oposto: desnaturalizar essa concepção a partir da apresentação do Estado como “realidade compósita”, o “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” e mostrar ainda que esse regime de governamentalidades, para funcionar, não precisa seguir coerente um ao outro. Ele em si é disputa, relação de poder:

**“Amazônia reavaliada**

O documento em que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia critica o modelo de colonização aplicado pelo INCRA naquela região reabre a questão sobre a melhor estratégia para integrar o espaço amazônico à vida econômica brasileira. O sentido de surpresa que marcou a iniciativa de rasgar uma rodovia, como eixo de ocupação da Amazônia, retardou o debate inclusive sobre os projetos laterais, como a colonização confiada ao INCRA.

A crítica da Sudam, tornada pública, enseja o reexame comparativo das diversas modalidades de conduzir a política de ocupação humana e aproveitamento dos recursos naturais da região. O maior peso da avaliação da Sudam, sobre o projeto de colonização da Amazônia, desaconselha a tônica da utilização intensiva da publicidade para induzir os excedentes da população nordestina a buscar ali oportunidades que lhes faltam em sua terra.

(...) Do ponto de vista econômico, segundo o documento da Sudam, a mão-de-obra rural nordestina que demanda a Amazônia tem condições limitadas de cultivar a terra.

Sem capital, sem técnica e apenas com um acervo rudimentar de conhecimentos agrícolas, esse homem tende no máximo a conseguir um incipiente resultado em termos de subsistência, sem alcançar um estágio produtivo em nível de comercialização (...).

A conclusão do estudo é que, se não cabe proibir o fluxo migratório, compete ao poder público igualmente não estimular o deslocamento do excedente populacional do Nordeste, numa estratégia de paternalismo social de mera subsistência, sem alcance econômico.

Reabre-se, por oportuno, o debate sobre a maneira mais adequada de incluir a região amazônica no mapa da economia brasileira. A ideia de criar polos de riqueza, como centros de áreas de povoamento, volta a contrastar com a tentativa de ocupação intensiva, através da qual seria inevitável a derrubada de matas e o risco das inevitáveis alterações ecológicas. (...) Jornal do Brasil, 9/4/1974, capa. GRIFO NOSSO.

Ainda atento ao que as palavras e os enunciados querem dizer, os dois grifos indicam duas coisas: uma ética do trabalho voltada necessariamente para atender as expectativas do tempo de produção capitalista e a volta atrás em relação a tomar a Amazônia como área prioritária para Reforma Agrária, sendo melhor que vigorem os ‘pólos de riqueza, como centros de áreas de povoamento’. Em outras palavras, defesa aberta do latifúndio, pois único produtor de ‘riquezas’ possível.

Embora seja clara a guinada para trás na questão da colonização da Amazônia, a parcela expressiva da população que havia migrado para a Amazônia Legal permaneceu na região. As experiências desses sujeitos, muitas vezes, sem nome, direitos e dignidade e a micropolítica das suas relações já são cartografados por importantes estudos, dentre os quais destaca-se “Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado, das Profas. Dras. Ângela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães Neto.

Dito isso, é urgente movimentar nossa capacidade narrativa em favor deste tema de pesquisa, pois na medida em que a linguagem é produtora de significados, ela também desloca outros. Neste caso, situar a Amazônia no centro de articulações que tinham por objetivo a permanência da exploração e manutenção de tipos de exercício do poder é tarefa de grande importância para compreender a complexa trama que compõe o Brasil Contemporâneo.

## **Bibliografia**

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Ângela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina B. *Trabalho escravo contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV: 2018

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

SOARES, Filipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste) - Discursos e políticas governamentais (1970-1974)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em História) – UFPE